



RELATÓRIO ANUAL

DAS

DEMONSTRAÇÕES

REGULATÓRIAS

2018

Conteúdo

Relatório da Administração:

Carta do Presidente
A Empresa
Estrutura Organizacional
Governança Corporativa
Estrutura e Ambiente da Prestação de Serviços
Aspectos Operacionais
Indicadores Sociais Externos
Investimentos
Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos
Indicadores Sociais Internos
Dimensão Econômica Financeira
Indicadores econômicos
Balço Social

Demonstrações Contábeis:

Balço Patrimonial
Demonstrativo do Resultado
Demonstração do Fluxo de Caixa
Demonstração do Valor Adicionado
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Notas Explicativas

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2018, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Companhia Campolarguense de Energia – Cotel, para a sociedade, colaboradores, investidores e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

Em 2018 a Companhia Campolarguense de Energia – Cotel completou 50 anos de distribuição de energia e pela primeira vez em sua história foi premiada duas vezes pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Cotel foi considerada a melhor entre as concessionárias com mais de 30 mil e menos de 400 mil unidades consumidoras – vencendo quinze distribuidoras do mesmo porte. Também foi premiada como a concessionária que mais cresceu em todo o país – nesta categoria as 96 concessionárias concorreram. Os dois troféus do “Prêmio IASC” levam em conta uma extensa pesquisa com consumidores de todo o país, que compõem o Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor.

Este reconhecimento da qualidade do serviço prestado motivou a Companhia a buscar estar ainda mais próxima de seus consumidores e da comunidade, além de investir em melhorias técnicas na rede de distribuição. As manutenções preventivas foram intensificadas e a instalação de um sistema supervisorio da rede foi iniciada - sempre com o objetivo de minimizar o risco de interrupções no fornecimento de energia.

No ano do cinquentenário, a Companhia ultrapassou as 50 mil unidades consumidoras ligadas e reforçou seu papel como fomentadora do desenvolvimento do município e do bem estar da comunidade campo-larguense. Entre os diversos projetos desenvolvidos, “Iluminando Campo Largo com eficiência” trouxe mais segurança às vias públicas do anel central. Trata-se de Projeto de Eficiência Energética (PEE), realizado conforme a regulamentação da ANEEL, que consistiu na substituição de luminárias tradicionais por modelos LED – que são mais econômicas e têm melhor luminosidade.

A compra de energia através de leilão, consolidando a migração da Companhia para o mercado livre, tornou-se realidade em 2018. Um marco na gestão que coloca a Cotel no mesmo patamar de grandes concessionárias, com o objetivo de proporcionar redução das tarifas para os consumidores. Os desafios são diários e continuarão sendo enfrentados com coragem e determinação por toda a equipe da Cotel.

Cordialmente,

José Arlindo Lemos Chemin

Diretor Presidente

A EMPRESA

Missão

“Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas”.

Visão

“Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade”.

Política da Qualidade

“Atender às diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, otimizando os serviços prestados para a satisfação dos consumidores internos e externos, melhorando continuamente e garantindo tratamento adequado às reclamações”. (ISO-9001)

Política da Qualidade no tratamento das reclamações

“Garantir aos consumidores a possibilidade de reclamar, disponibilizando as informações e recursos necessários, buscando a melhoria contínua para satisfazer ao reclamante, conforme a regulamentação pertinente”. (ISSO-10002)

Princípios e Valores

“A COCEL, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores”.

Organização e Gestão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 50 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

Perfil

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2012, conforme disposições da legislação, a Cotel manifestou seu pedido de prorrogação da concessão pelo prazo de 30 anos.

Em 2015, a Cotel renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015 por 30 anos. O Decreto nº 8.461, de 02/06/2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11.01.2013, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016.

Estrutura Organizacional

Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto por onze membros eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto por cinco membros efetivos, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Auditoria Interna: Através da Ata 122ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, de 28 de outubro de 2016, com base na Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, em especial ao art. 9º, inciso III, § 3º, foi implementado a área denominada Auditoria Interna, a qual é vinculada diretamente ao Conselho de Administração, sendo responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

Governança Corporativa

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulado pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2018	2017
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Auditoria Externa

A COCEL tem como contratada a empresa TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S. S. – EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km² e população de 130.091 habitantes, segundo estimativa do IBGE.

Atendimento aos consumidores

Diversas melhorias foram implantadas durante o ano de 2018 com o objetivo de oferecer atendimento com maior qualidade e agilidade, incluindo atualização cadastral e recadastro dos consumidores com tarifa rural. Os processos foram padronizados e o treinamento da equipe é contínuo - proporcionando mais agilidade no atendimento, minimizando o risco de erros e garantindo isonomia no tratamento a todos os clientes. A Companhia passou a realizar atendimento ao público no Distrito Ferraria às terças-feiras pela manhã, garantindo maior comodidade a todos os moradores da região. A Agência Virtual e o aplicativo Cocel Mobile ganharam destaque em 2018, 19% de todos os atendimentos foram registrados por estes canais.

Em 2018 foram registrados 276.265 protocolos de atendimento - decréscimo de 4,5% no total de atendimentos realizados, enquanto o número de consumidores cresceu 0,33%. Cabe destacar que o registro de atendimentos emergências também reduziu 18,94%. No período foram 67.732 ligações recebidas pelos telefones 0800-7262121 e 0800-7262212 (atendimento comercial e Ouvidoria).

A Coel disponibiliza seis canais de atendimento a seus consumidores:

- Presencial: realizado na sede da Companhia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30;
- Teleatendimento: ligação gratuita para 0800-7262121 (com atendimento personalizado de segunda-feira a sábado das 7h30 às 24h e atendimento emergencial 24h todos os dias através de central automatizada);
- Agência Virtual: disponível no site www.cocel.com.br;
- Aplicativo COCEL MOBILE: gratuito e disponível para sistemas operacionais Android e iOS;
- E-mail: link para o e-mail atendimento@cocel.com.br disponível no site – serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;

SMS: para informar falta de energia basta enviar mensagem de celular para (41) 99106-9146 – serviço disponível 24 horas por dia.

Agentes Arrecadadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 25 agentes arrecadadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria

A Ouvidoria da COCEL é um setor independente dos demais e fica à disposição dos consumidores que desejarem registrar suas reclamações, sugestões ou críticas. É uma forma de ampliar os canais de comunicação entre a Companhia e seus consumidores. As Ouvidorias das Concessionárias de Energia Elétrica são regulamentadas pela Resolução nº 470/2011 – ANEEL.

No ano de 2018, a Ouvidoria da COCEL atendeu a 38 reclamações de seus consumidores, sendo que 24 - (75%) na Companhia. Destas 20% foram feitas via telefone e 80% pessoalmente. Outras 08 reclamações - (25%) de seus Consumidores foram registradas junto à ANEEL. Nenhuma reclamação via Conselho de Consumidores e PROCON. Houve uma redução de 41% no nº de reclamações comparadas com o ano de 2017.

Aspectos Operacionais

Mercado de Energia Elétrica

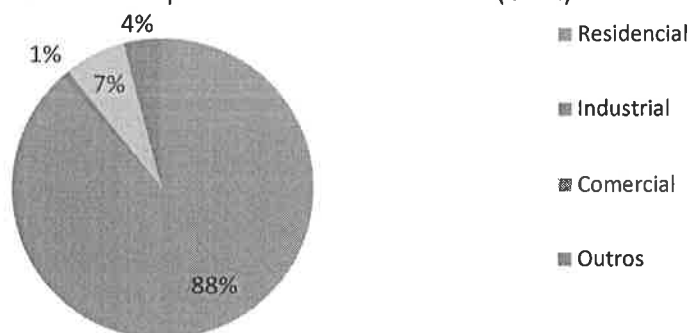
Número de consumidores:

Foram realizadas no ano 963 novas ligações, das quais 916 são da classe residencial. Totalizando no final do exercício de 2018, 50.414 consumidores contra os 49.451 consumidores de 2017, o que representa um crescimento de 1,95%. Destaque na classe residencial que representa 88,4% do número de consumidores.

O ano de 2018, contávamos com 13 (treze) consumidores industriais e comerciais de média tensão abaixo de 13,8 Kv pertencentes ao grupo de consumo A4 que migraram para o mercado livre. A partir daí a remuneração passou a ser cobrada somente sobre a rede de distribuição utilizada por estes consumidores.

Classes	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial	41.958	42.762	43.303	43.654	44.570
Industrial	550	511	485	420	394
Comercial	3.007	3.097	3.142	3.257	3.354
Rural	1.666	1.745	1.817	1.822	1.803
Poder Público	212	212	217	218	211
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	75	76	71	67	65
Consumo Próprio	2	2	2	3	3
Consumidores Livres especiais	-	-	9	9	13
Total	47.471	48.406	49.047	49.451	50.414
Variação	4,11%	1,97%	1,31%	0,82%	1,95%

Número de Consumidores por Classe de Consumidores (GWh)

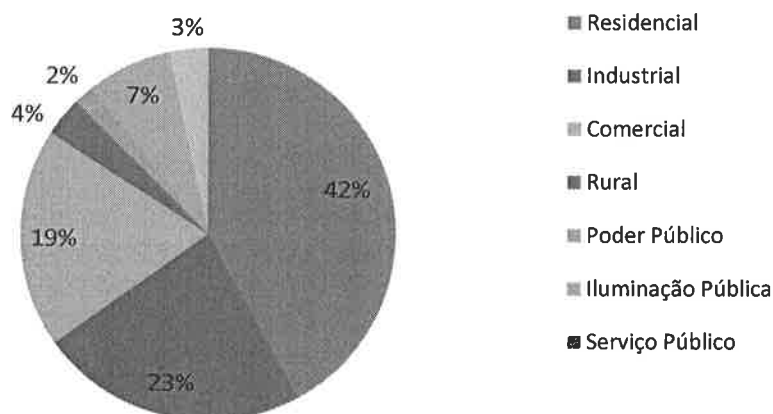


Mercado de Energia Vendida: (MWh)

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2018, totalizou 192.949 MWh. Um decréscimo de 1,64%, comparando com a energia faturada no ano de 2017, que totalizou 196.173 MWh.

Classes	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial	81.757	79.741	78.448	79.982	80.984
Industrial	142.240	142.238	94.352	48.612	44.517
Comercial	50.547	57.941	47.654	35.736	36.748
Rural	7.223	7.212	7.155	7.253	6.680
Poder Público	4.506	4.249	3.986	3.569	3.356
Iluminação Pública	13.143	13.404	13.728	13.924	13.924
Serviço Público	6.292	6.930	6.407	6.980	6.610
Consumo Próprio	115	112	112	117	130
Total	305.823	311.827	251.842	196.173	192.949
Varição	2,99%	1,97%	-19,24%	-22,10%	-1,64%

Consumo por Classe de Consumidores (GWh)

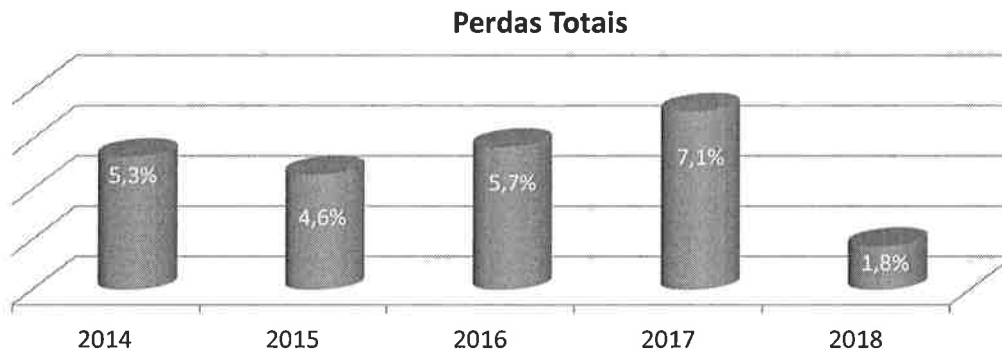


A energia requerida exclusivamente para atender nossos consumidores cativos ao longo do exercício de 2018 adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia - COPEL apresentou um decréscimo de -8,04%, passando de 211.100 MWh em 2017 para 194.129 MWh em 2018.

Balço Energético

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 1,75%.

	2014	2015	2016	2017	2018
Venda de Energia (GWh)	306	312	252	196	191
Compra de Energia (GWh)	323	327	267	211	194
Perdas Totais	17	15	15	15	3
Perdas Técnicas - PT	12	10	11	10	1
Perdas Não Técnicas - PNT	5	5	4	5	2
% PT/Energia requerida	3,7%	3,2%	4,2%	4,7%	1,13%
% PNT/Energia requerida	1,6%	1,4%	1,8%	2,4%	0,62%
% Perdas Totais /Energia requerida	5,3%	4,6%	5,7%	7,1%	1,75%



Energia Vendida: (R\$ mil) - bruta

Classes	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial	36.477	60.528	59.812	62.490	71.712
Industrial	47.669	89.601	59.623	29.840	31.415
Comercial	19.544	40.075	33.623	25.636	30.065
Rural	1.380	3.074	3.377	3.570	3.703
Poder Público	1.963	3.228	2.906	2.594	2.776
Iluminação Pública	3.250	5.874	5.790	6.391	7.215
Serviço Público	1.987	4.270	3.639	3.763	3.982
Total	112.270	206.650	168.770	134.284	150.868
Varição	18,85%	84,07%	-18,33%	20,43%	12,35%

A redução no consumo de energia foi maior no período 2016/2017 em função de consumidores industriais e comerciais que migraram para o mercado livre conforme demonstrado no quadro abaixo:

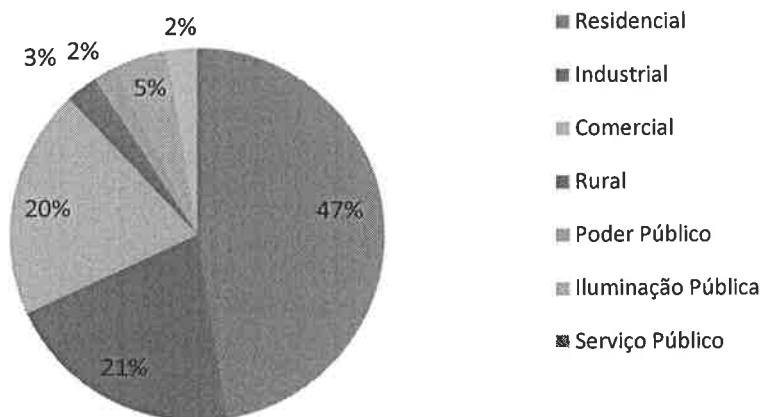
Disponibilização do Sistema de Distribuição – TUSD – Consumidores Livres - (R\$ mil)

Classes	2014	2015	2016	2017	2018
Industrial/Comercial	-	-	5.304	12.009	14.578
ICMS Substituição Tributária	-	-	2.001	6.999	8.239
Total	-	-	7.305	19.008	22.817
Varição	-	-	-	160,21%	20,04%

Receita líquida de energia vendida - A receita decorrente de energia elétrica no exercício, líquida de Icms e Cofins/Pasep/Pis, importou em R\$ 89.203 mil, conforme quadro a seguir:

Classes	2017	2018
Residencial	41.458	47.231
Industrial	19.680	20.578
Comercial	17.032	19.835
Rural	2.606	2.737
Poder Público	1.742	1.847
Iluminação Pública	4.198	4.704
Serviço Público	2.487	2.617
Total	89.203	99.549
Varição	-22,11%	11,60%

Consumo por Classe de Consumidores - R\$



Tarifa Média

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em Dezembro de 2018, R\$ 516,45/MWh, representando um crescimento de 13,51% em relação ao ano anterior.

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2017	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2018
Residencial	518,35	583,42
Industrial	404,83	462,26
Comercial	476,62	540,19
Rural	359,31	409,75
Poder Público	488,17	550,33
Iluminação Pública	301,49	337,83
Serviço Público	356,24	395,92
Tarifa Média	454,99	516,45

Indicadores Sociais Externos

Qualidade Técnica do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações

preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC são medidos no Conjunto Campo Largo (CL) e no Conjunto Distrito Industrial de Campo Largo (DCL):

	2014	2015	2016	2017	2018
DEC – Conjunto CL – valor apurado	9,09	7,71	8,00	6,19	7,27
DEC – Conjunto CL – limite	10,00	9,00	9,00	9,00	9,00
DEC – Conjunto DCL – valor apurado	11,92	10,74	11,61	12,36	12,30
DEC – Conjunto DCL – limite	12,00	11,00	10,00	10,00	10,00
FEC – Conjunto CL – valor apurado	6,72	5,57	7,35	6,53	5,82
FEC – Conjunto CL – limite	8,00	8,00	7,00	7,00	7,00
FEC – Conjunto DCL – valor apurado	8,81	8,42	9,07	9,09	9,30
FEC – Conjunto DCL – limite	9,00	9,00	8,00	8,00	8,00

O Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998 estipulou no Anexo II condições específicas para a prorrogação das concessões. O contrato estabeleceu metas de eficiência com relação a qualidade do serviço prestado considerando a frequência e a duração média de interrupções do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Os indicadores avaliados serão:

- DECI (Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por unidade consumidora), e
- FECI (Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por unidade consumidora).

A ANEEL estabeleceu limites máximos destes indicadores para os próximos 05 anos:

	DECI					FECI				
	2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020
Metas	11,07	10,95	10,84	10,72	10,60	8,40	8,20	8,00	7,80	7,60
Realizado	8,64	8,54	7,26	-	-	7,50	7,46	6,69	-	-

Investimentos

Ao longo de 2018 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Investimentos	2017	2018
Obras de distribuição	3.388	3.975
Veículos	1.024	328
Terrenos	-	962
Edificações	-	612
Outros investimentos	85	163
Total dos Investimentos	4.497	6.040

Origens dos Recursos	2017	2018
Recursos próprios	4.497	6.040
Clientes	224	341
Total dos Recursos	4.273	5.699

Sistema de Distribuição – 12/2018

	Urbano	Rural	Total
Redes de Distribuição – Baixa Tensão (Km)	641	143	784
Redes de Distribuição – Média Tensão (Km)	756	945	1.701
Postes – unidades	22.172	11.279	33.451
Transformadores – unidades	2.426	2.018	4.444
Potência Instalada em Transformadores (KVA)	223.543	35.718	259.261

Programa “Luz Fraterna” - Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná de acordo com a Lei 17.639/2013, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o cartão “Bolsa Família” cadastrado e consumam no máximo 120 KWh por mês. Para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2018	2017
Nº de residências atendidas	1.703	1.284
Residências atendidas pelo Programa Luz Fraterna, com relação ao total de consumidores residenciais	3,38%	3,95%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	483	351
Total da receita de faturamento do Programa Luz Fraterna em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,37%	0,48%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	483	351

Tarifa Social da Energia Elétrica - A Tarifa Social da Energia Elétrica é regulamentada pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 e pela Resolução Normativa ANEEL 414/2010. Proporciona descontos nas faturas de energia às famílias com baixa renda que atendam os critérios estabelecidos pela legislação e mantenham seus cadastros atualizados.

Tarifa Social da Energia Elétrica (Baixa Renda)	2018	2017
Número de residências atendidas	2.909	2.248
Residências atendidas pelo Programa c/relação ao total de consum.	6,53%	5,20%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	763	688
Faturamento da classe em relação ao total do faturamento residencial	1,57%	1,1%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa	813	602

PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

Para o ciclo 2016/2019 de seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Companhia está investindo R\$ 1.099.518,00 (um milhão, noventa e nove mil, quinhentos e dezoito reais) em um projeto que objetiva o desenvolvimento de plataforma experimental de um sistema inteligente de controle e supervisão para operação de alimentadores urbanos via aquisição de dados remotos - visando a modernização do sistema de distribuição da Companhia, alinhando-a a nova tendência de descentralizar as responsabilidades na operação do Sistema de Distribuição concedendo mais autonomia aos alimentadores. Este projeto permitirá à COCEL estabelecer sua primeira rede de telecomunicações (fibra ótica) para telecomando e automatização de religadores automáticos, bem como permitirá a aquisição de seu primeiro Sistema de Aquisição e Supervisão de dados (SCADA). No biênio de 2017/2018 a COCEL já instalou cinco religadores automáticos.

PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Projeto de Eficiência Energética

Por lei, as distribuidoras de energia devem aplicar anualmente parte do seu lucro em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Projetos de Eficiência Energética. Com o objetivo de combater o desperdício de energia e melhorar a eficiência e qualidade no serviço de distribuição, a COCEL reserva 1,0% da sua receita operacional líquida para desenvolver os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Eficiência Energética (PEE), seguindo a regulamentação da Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em 2017 a COCEL deu início a um novo PEE que resultou na maior ação de melhoria na iluminação pública já realizada no município. O projeto obteve aprovação da ANEEL (através da Nota Técnica 0186/2017-SPE/ANEEL) para execução do PEE que consiste na substituição das lâmpadas da iluminação pública da região central do município por modelos de led. As lâmpadas de led são mais econômicas, têm maior vida útil e maior luminosidade que os modelos tradicionais. O PEE é realizado conforme regulamentação específica da ANEEL, que também é a responsável por fiscalizar as ações e em alguns casos deve aprovar o projeto inicial para que as ações sejam iniciadas.

Entre março e setembro de 2018, 756 novas luminárias foram instaladas - mais de 30 quilômetros de vias do anel central já contam com iluminação eficiente. Nas próximas etapas a iluminação em led deve ser instalada nas principais vias de acesso aos bairros mais populosos. A economia das novas lâmpadas de led em relação às convencionais é de

51,72% - o que equivale a aproximadamente R\$ 365,00 economizados por ano para cada luminária substituída. Os novos equipamentos proporcionam ainda maior luminosidade e melhor percepção das cores, possibilitando que o espaço público seja mais bem aproveitado e contribuindo para a segurança.

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária. A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2018, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.250.000,00, e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício. Para atender ao seu programa de investimentos foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 2.057.899,86 como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital de concessionária.

Indicadores Sociais Internos

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 122 colaboradores. Em 2017 eram 122, em 2016 eram 121 colaboradores e 118 em 2015.

A COCEL distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 1.541 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados. Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento). A COCEL mantém convênio para tratamentos odontológicos e com farmácias – que permite o reembolso ao funcionário de 50% dos valores gastos com medicamentos (desde que apresentada receita médica). A COCEL conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos R\$ 12 mil. Ao longo do exercício, a Companhia investiu o equivalente a R\$ 9 mil em bolsas de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manterem seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial.

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a Companhia contou em 2018 com 05 estagiários - estudantes que realizam sua complementação de ensino atuando nas diversas áreas da companhia. A COCEL possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando jovens em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 05 aprendizes desenvolveram atividades na Companhia.

Dimensão Econômica Financeira

Receita Operacional Bruta

Receita Operacional Bruta: A Receita de fornecimento de Energia Elétrica faturada e não faturada totalizou R\$ 150.112 mil em 2018 contra R\$ 136.006 mil em 2017, representando um acréscimo de 10,4%. A partir de abril de 2016 ocorreu a migração de alguns grandes consumidores industriais e comerciais para o mercado livre. Atualmente são 12 consumidores das classes industrial e comercial que passaram a adquirir energia em leilões, cabendo a cobrança somente da disponibilização do sistema de distribuição da Cocel. Em 2018 foi faturado o montante de R\$ 14.578 mil contra o valor de R\$ 12.009 mil desta cobrança de “fio” em 2017. Outro valor também de responsabilidade da Companhia, se refere ao ICMS Substituição Tributária incidente sobre a energia consumida destes Consumidores Livres junto aos seus fornecedores de energia. Em 2018 foi cobrado o valor de R\$ 8.239 mil e em 2017 o valor de R\$ 6.999 mil, recolhidos integralmente ao Estado do Paraná.

Ativos e Passivos financeiros setoriais: Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros – trata-se das variações positivas e negativas entre estimativas de custos não gerenciáveis e pagamentos efetivados ocorridos entre os processos tarifários contemplados. As variações serão apuradas e fiscalizadas pela Aneel para posterior compensação nos reajustes tarifários subsequentes.

Os valores registrados na conta **Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido** no valor de R\$ 6.341 mil, referem-se a valores de descontos incidentes sobre as tarifas e contemplados nos reajustes e revisões tarifárias da Aneel e que são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a título de Subsídio de Carga de Fonte Incentiva (consumidores livres), Subsídio sobre o serviço público de água, esgoto e saneamento e do Subsídio Rural de irrigação e eletrificação. Estes custeios são de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e está disposto nos termos do inciso VII, do artigo 13º da lei 10.438/2002 e Decreto nº 7891/2013. Também são registrados os valores recebidos de Subsídio Baixa Renda do Governo Federal.

Em **Outras Receitas**, temos os valores registrados de serviços prestados como Serviços cobráveis nas faturas, Compartilhamento de infraestrutura e de Prestação de serviços de manutenção da Iluminação Pública do Município totalizando R\$ 5.753 mil em 2018. A partir de Dezembro de 2014, foram transferidos para o Município, todos os ativos referentes ao sistema de Iluminação Pública conforme determinado pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, artigo 218. A transferência foi efetuada sem ônus para o Município.

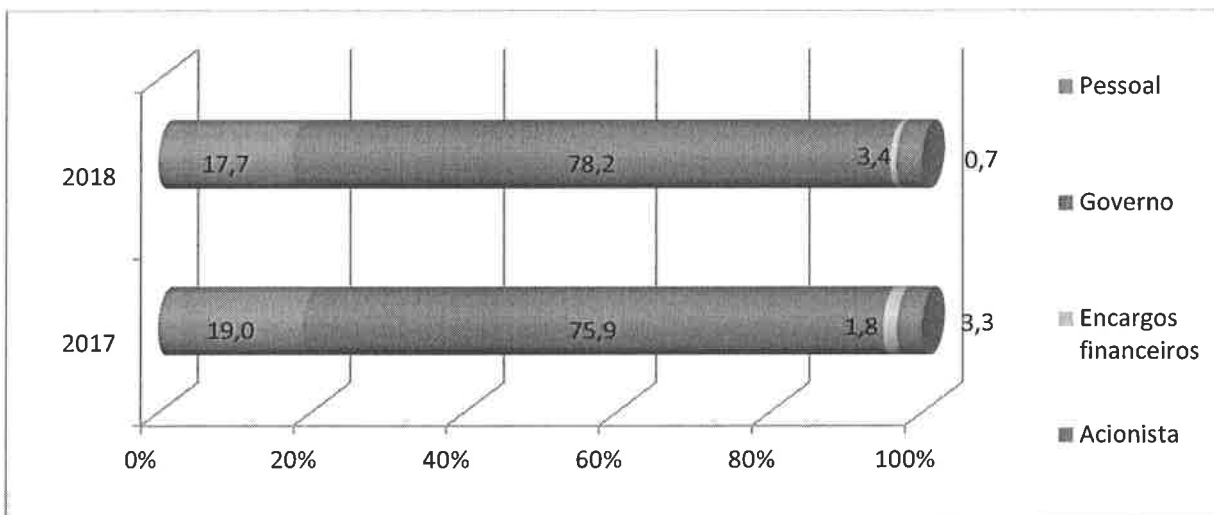
Receita Operacional Líquida: O resultado líquido após as deduções de encargos setoriais e impostos obteve um resultado de R\$ 94.047 mil em 2018, contra R\$ 84.669 mil em 2017. Um percentual de 49,8% em 2018 e de 51,0% em 2017, sobre a Receita Operacional Bruta.

Resultado antes dos Custos Gerenciáveis: Em 2018, o resultado após os custos com a aquisição de Energia Elétrica teve o valor de R\$ 30.725 mil e o percentual sobre a Receita Líquida Operacional de 32,7%. Em 2017 foi de R\$ 26.924 mil e o percentual de 31,8%.

Custos Gerenciáveis: Encerrou o exercício de 2018 com o montante de R\$ 27.235 mil e a variação de 29,0% sobre a Receita Líquida Operacional, enquanto em 2017, encerrou com o valor de R\$ 24.603 mil e a variação de 29,1% sobre a ROL. E com variação de 10,7% comparando 2018 com 2017.

Valor Adicionado: Em 2018, o valor adicionado líquido produzido como riqueza pela Companhia foi de R\$ 103.648 mil, representando 57,2% da Receita operacional bruta. Em 2017, foi de R\$ 90.579 mil o que representa 56,9% sobre a receita bruta.

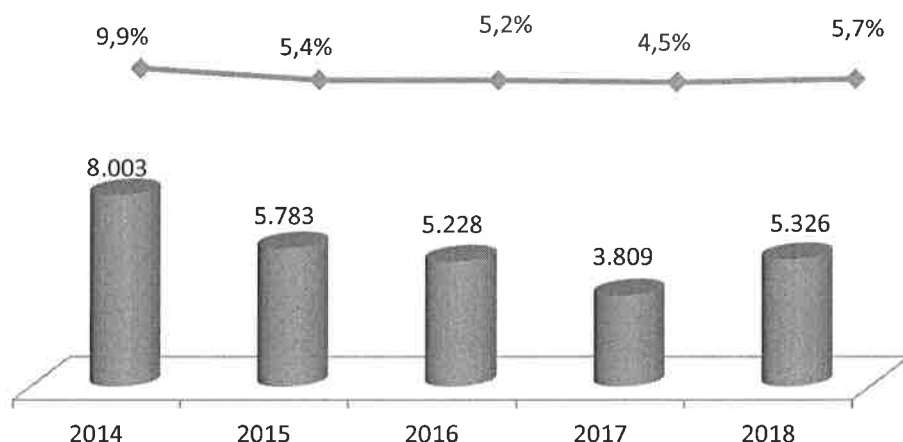
Distribuição do Valor Adicionado - %:



LAJIDA ou EBITDA: Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 5.326 mil e margem de 5,7% em 2018, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2018	2017
Resultado das Atividades	3.490	2.321
Depreciação e Amortização	1.836	1.488
Lajida/Ebitda	5.326	3.809
Receita Operacional Líquida	94.047	84.669
Margem do Ebitda - % (Ebitda / ROL)	5,7%	4,5%

O gráfico abaixo apresenta os valores em R\$ (mil) da margem do Ebitda/Lajida, juntamente com o percentual sobre a Receita Operacional Líquida.



BALANÇO SOCIAL

1) Base de Cálculo	2018			2017		
	Valor (R\$ mil)			Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	94.047			84.669		
Lucro Operacional	3.509			3.091		
Folha de Pagamento Bruta	16.671			15.364		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.540	9,24%	1,64%	1.398	9,10%	1,65%
Encargos Sociais sem diretoria	3.839	23,00%	4,08%	3.687	24,0%	4,35%
Previdência privada	49	0,29%	0,05%	49	0,32%	0,06%
Saúde	829	4,97%	0,88%	782	5,09%	0,92%
Segurança e Medicina no Trabalho	138	0,83%	0,15%	129	0,84%	0,15%
Educação	21	0,13%	0,02%	32	0,21%	0,04%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e Desenvolvimento	30	0,18%	0,03%	36	0,23%	0,04%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	751	4,50%	0,80%	606	3,94%	0,72%
Outros	-	-	-	-	-	-
Total – Indicadores sociais internos	7.197	43,17%	7,65%	6.719	43,73%	7,94%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	-	-	-	-	-	-
Programa de pesquisa e eficiência	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos os encargos sociais)	81.024	-	86,15%	68.764	-	81,22%
Total – Indicadores Sociais Externos	88.221	-	93,81%	75.483	-	89,15%

	2018	2017
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	122	122
Nº de empregados terceirizados	45	31
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	55	51
2º Grau	52	55
1º Grau	15	16
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	18	22
De 30 até 45 anos	50	53
Acima de 45 anos	54	57
Admissões durante o período	8	13
Demissões durante o período	8	16
N.º de mulheres que trabalham na empresa	24	28
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	36,8%	29,0%
Estagiários	5	5
Menor Aprendiz	5	4

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2018			2017		
Relação entre a maior e a menor remuneração	6,2%			7,4		
Nº total de acidentes de trabalho	1			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados	(X) Pela Direção	() Direção e gerências	() Todos os empregados
A previdência privada contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados	() Pela Direção	() Direção e gerências	(X) Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() Não são considerados	(X) São sugeridos	() São exigidos	() Não são considerados	(X) São sugeridos	() São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva	() Não se envolve	(X) Apoia	() Organiza e incentiva

AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2018.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2018.



José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente



Carlos Conrado Krzyzanowski
Diretor Técnico



Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/Financeiro



Nelson Chagas
Diretor Administrativo



Luciano Marcos KlosST
Contador CRC/PR 027.658/O-8



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Balço Patrimonial dos exercícos encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

ATIVO	2018	2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.957	5.375
Consumidores	17.141	17.143
Encargos de Uso da rede elétrica	345	-
Serviços em curso	1.788	752
Tributos compensáveis	321	292
Almoxarifado operacional	1.726	1.192
Despesas pagas antecipadamente	125	157
Ativos regulatórios	9.354	6.203
Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada	539	2.089
Outros ativos circulantes	1.721	3.594
	35.017	36.797
Não Circulante		
Tributos compensáveis	281	368
Depósitos judiciais e cauções	109	109
Investimentos temporários	195	195
Outros ativos não circulantes	1	-
	586	672
Imobilizados em serviço	55.468	52.971
Imobilizado em curso	3.361	4.876
Intangível em serviços	25	55
	58.854	57.902
	59.440	58.574
Total do Ativo	94.457	95.371

Balço Patrimonial dos exercícos encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

PASSIVO	2018	2017
Circulante		
Fornecedores	8.846	8.810
Empréstimos, financiamentos e debentures	1.042	2.313
Obrigações sociais e trabalhistas	2.852	2.397
Tributos	4.016	4.017
Provisões para litígios	38	3
Dividendos e juros sobre o Capital Próprio	1.753	999
Encargos setoriais	7.629	8.110
Passivos regulatórios	894	1.832
Outros passivos circulantes	1.193	1.150
	28.263	29.631
Não Circulante		
Empréstimos, financiamentos e debentures	852	1.894
Passivos financeiros setoriais	2.220	1.732
Obrigações especiais	28.004	28.026
	31.076	31.652
Patrimônio Líquido		
Capital social integralizado	50.000	42.000
Reservas de capital	3.773	9.515
Reserva de reavaliação e ajustes patrimoniais	(18.655)	(17.427)
	35.118	34.088
Total do Passivo	94.457	95.371

Demonstrativo de Resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018	2017
Receita Operacional		
Fornecimento de energia elétrica	150.112	136.006
Disponibilização dos sistemas de distribuição	22.817	19.008
Ativos e Passivos regulatórios	4.643	528
Doações, contrib.subvenções vinculados ao serv.concedido	6.341	5.931
Transferência da Ultrapassagem de demanda e reativos	(826)	(821)
Outras receitas	5.753	5.309
	188.840	165.961
Deduções da Receita Operacional		
Tributos		
ICMS	(54.477)	(47.916)
Cofins/Pasep s/vendas	(15.896)	(14.349)
Encargos Parcela "A"		
CDE – Conta de desenvolvimento energético	(11.861)	(7.783)
CDE – Conta ACR	(7.049)	(6.181)
TFSEE – Taxa de fiscalização	(107)	(110)
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficiência energética	(891)	(875)
Conta centralizadora dos rec.das Bandeiras tarifárias	(4.512)	(4.078)
	(94.793)	(81.292)
Receita operacional líquida	94.047	84.669
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"		
Energia elétrica comprada para revenda	(48.606)	(46.310)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(14.716)	(11.435)
	(63.322)	(57.745)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	30.725	26.924
Custos gerenciáveis – Parcela "B"		
Pessoal e Administradores	(16.671)	(15.364)
Material	(2.832)	(1.300)
Serviço de terceiros	(4.845)	(5.348)
Arrendamento e alugueis	(215)	(235)
Seguros	(104)	(71)
Doações, contribuições e subvenções	(33)	(98)
Provisões	(165)	462
(-) Recuperação de despesas	134	155
Tributos	(21)	(93)
Depreciação e amortização	(1.836)	(1.488)
Gastos diversos	(647)	(1.223)
	(27.235)	(24.603)
Resultado da atividade de concessão	3.490	2.321
Resultado Financeiro		
Despesas financeiras	(2.232)	(3.313)
Receitas financeiras	2.930	3.631
	698	318
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	4.188	2.639
Imposto de Renda PJ/Contribuição social s/Lucro Líquido	(1.178)	(642)
Participação nos lucros	(751)	(606)
Reversão dos juros s/Capital Próprio	1.250	1.700
Lucro Líquido do exercício	3.509	3.091

Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018	2017
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	3.509	3.091
Despesas/Receitas que não afetam o caixa:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	128	768
Depreciação/Amortização de investimentos	2.349	2.226
Baixas do Imobilizado em serviço	281	462
Variação do VNR no imobilizado	1.229	1.566
Provisão no Passivo Circulante	36	3
Provisão no Passivo Não Circulante	-	-
	7.532	8.116
Variação no Ativo Circulante		
Consumidores e Revendedores	(127)	(4.080)
Encargos de uso da rede elétrica	(346)	-
Serviços em curso	(1.036)	694
Tributos compensáveis	(29)	177
Almoxarifado operacional	(534)	(48)
Ativos regulatórios – Parcela “A” – Cva	(3.150)	5.172
Despesas pagas antecipadamente	33	(128)
Subsídios tarifários e Redução da tarifa equilibrada	1.601	(1.101)
Outros ativos circulantes	1.822	(1.329)
	(1.766)	(643)
Variação no Passivo Circulante		
Fornecedores	35	2.358
Obrigações sociais e trabalhistas	455	104
Tributos e contribuições sociais	(1)	1.497
Dividendos declarados e Juros s/Capital Próprio	754	104
Encargos setoriais	(481)	522
Passivos regulatórios – Parcela “A” – Cva	(937)	(6.263)
Outros passivos circulantes	42	19
	(133)	(1.659)
Aplicações no Ativo Não Circulante		
Tributos compensáveis	87	166
Depósitos judiciais e cauções	-	(109)
Ativo financeiro Resolução nº 243/2006	-	1.705
Outros ativos não circulantes	-	-
	87	1.762
Aplicações no Passivo Não Circulante		
Passivo financeiro Resolução nº 243/2006	-	(1.705)
Devoluções tarifárias	488	1.732
	488	27
Total das atividades operacionais	6.208	7.603
Aplicações no imobilizado	(6.040)	(6.054)
Contribuição do consumidor	810	-
Variação VNR em Obrigações Especiais	-	-
Depreciação/Amortização – Obrigações especiais	(1.200)	-
Transferência Ultrapassagem demanda e reativos	368	(750)
	(6.062)	(6.804)
Atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	2.700
Amortização de empréstimos	(2.313)	(2.103)
Juros sobre financiamentos	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	(1.250)	(1.700)
	(3.563)	(1.103)
Total de efeitos no caixa		
Saldo inicial no caixa	5.374	5.678
Saldo final no caixa	1.957	5.374
Variação no caixa	(3.417)	(304)

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

	2018	2017
1. Geração do Valor Adicionado		
Receitas de Vendas de Energia	150.112	136.009
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD	14.578	12.009
Outras Receitas de Serviços	17.238	12.051
Transferência Ultrapassagem demanda e excedente de reativos	(826)	(821)
	181.102	159.248
Menos:		
Insumos		
Custo da Energia Comprada	(69.776)	(63.631)
Materiais	(3.035)	(1.379)
Serviços de Terceiros	(4.136)	(4.276)
Outros Custos Operacionais	(959)	(1.056)
	(77.905)	(70.342)
2. Valor Adicionado Bruto	103.197	88.906
Quota de Reintegrações/Amortizações	(2.375)	(1.969)
3. Valor Adicionado Líquido Gerado	100.822	86.937
Receitas Financeiras Líquidas	2.826	3.642
4. Valor Adicionado a Distribuir	103.648	90.579
5. Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do Trabalho	17.551	16.638
Governo: Impostos e Contribuições	81.096	68.764
Encargos Financeiros e Variações Monetárias	741	1.604
Juros Sobre o Capital Próprio / Dividendos	1.250	1.700
Lucros Retidos	2.259	1.267
Participação nos Lucros	751	606
Total	103.648	90.579

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Lucro/Prejuízo acumulado	Recursos destinados a aumento de Capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	39.000	2.747	(15.860)	8.377	-	-	34.264
Aumento de Capital conforme 126ª AGE e 50ª AGO de 31/03/2017							
- Com Reservas	3.000	-	-	(3.000)	-	-	-
- Com Lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	(1.567)	-	-	-	(1.567)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	3.091	-	3.091
Destinação do Lucro proposta a AGO							
- Reserva Legal	-	153	-	-	(153)	-	-
- Reserva de Retenção de Lucro	-	-	-	1.238	(1.238)	-	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	(1.700)	-	(1.700)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	42.000	2.900	(17.427)	6.615	-	-	34.088
Aumento do Capital Social Conforme 130ª AGE e 51ª AGO de 27/04/2018							
- Com Reservas	6.615	-	-	(6.615)	-	-	-
- Com Lucros acumulados	1.385	(1.385)	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	(1.229)	-	-	-	(1.229)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	3.509	-	3.509
Destinação do Lucro proposta a AGO							
- Reserva Legal	-	175	-	-	(175)	-	-
- Reserva de Retenção de Lucro	-	-	-	2.084	(2.084)	-	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	(1.250)	-	(1.250)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	50.000	1.690	(18.656)	2.084	-	-	35.118

Companhia Campolarguense de Energia - Cocel
CNPJ: 75.805.895/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionada acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

Demonstração dos Resultados Abrangentes - Em nossas demonstrações contábeis, a Cotel não apresentou as Demonstrações dos Resultados Abrangentes por motivo de não existir nenhum resultado que se caracterize como abrangente.

Ativos e passivos regulatórios – Contas de Compensação da Variação dos Itens da “Parcela A” – CVA, são despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente. São valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do Contrato de Concessão, que tem por objetivo, assegurar o equilíbrio financeiro econômico da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto básico da competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos tarifários.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2018. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2017 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL e foi registrada de acordo com os montantes homologados pela ANEEL conforme Resolução Homologatória nº 2104 de 28 de Junho de 2016.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se o cálculo através da média histórica dos três últimos meses de faturamento. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

A composição das Contas a Receber estão apresentadas como segue:

DESCRIÇÃO – R\$ Mil	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2018	TOTAL 2017
	CORRENTES A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão para Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão para Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	12.335	-	4.266	98	127	911	(896)	192	66	20	22	-	17.141	17.143
- Residencial	2.875	-	2.390	59	57	269	(316)	74	36	6	7	-	5.457	5.108
- Industrial	850	-	980	2	1	192	(192)	57	16	4	5	-	1.915	1.824
- Comercial	1.425	-	607	11	16	162	(178)	54	12	8	9	-	2.126	1.844
- Rural	124	-	72	-	-	110	(110)	7	2	2	1	-	208	319
- Poderes Públicos	209	-	11	-	-	1	-	-	-	-	-	-	221	286
- Iluminação Pública	582	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	582	589
- Serviço Público	356	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	374	319
- Serviço taxado	38	-	81	12	13	63	(95)	-	-	-	-	-	112	143
- Luz Fraterna	90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90	41
- Outras cobranças	252	-	116	14	40	114	(5)	-	-	-	-	-	531	389
- Fornecimento Não Faturado	5.525	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.525	6.281
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	346	-	-	-	-	-	-	-	-	-	346	-
TOTAL	12.335	-	4.612	98	127	911	(896)	192	66	20	22	-	17.487	17.143

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados e está em conformidade com as Instruções da ANEEL a seguir resumidas:

- Clientes com débitos relevantes (grandes clientes): análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.
- Para os demais casos: (a) Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias; (b) consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias e (c) consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.

5. Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	118.518	5.819	(934)	-	(506)	122.897	4.885	(70.705)	52.192	52.846	(31.986)	4.657	(27.329)
Maquinas e Equipamentos	117.113	4.503	(934)	-	(506)	120.176	3.569	(70.092)	50.084	51.522	(31.986)	4.657	(27.329)
Veículos	1.405	1.316	-	-	-	2.721	1.316	(613)	2.108	1.324	-	-	-
Administração	5.468	1.734	-	-	-	7.202	1.734	(3.990)	3.212	1.645	-	-	-
Terrenos	1.074	962	-	-	-	2.036	962	-	2.036	1.073	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.152	611	-	-	-	2.763	611	(2.034)	729	152	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	1.207	64	-	-	-	1.271	64	(1.096)	175	200	-	-	-
Veículos	75	-	-	-	-	75	-	(72)	3	11	-	-	-
Móveis e Utensílios	960	97	-	-	-	1.057	97	(788)	269	209	-	-	-
Comercialização	117	-	-	-	-	117	-	(52)	65	92	-	-	-
Veículos	102	-	-	-	-	102	-	(49)	53	82	-	-	-
Móveis e Utensílios	15	-	-	-	-	15	-	(3)	12	10	-	-	-
Subtotal	124.103	7.553	(934)	-	(506)	130.216	6.619	(74.747)	55.469	54.583	(31.986)	4.657	(27.329)
Ativo Imobilizado em Curso – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	4.876	4.304	-	(5.819)	-	3.361	(1.515)	-	3.361	4.876	(675)	-	(675)
Maquinas e Equipamentos	3.888	3.976	-	(4.503)	-	3.361	(527)	-	3.361	3.888	(675)	-	(675)
Veículos	988	328	-	(1.316)	-	-	(988)	-	-	988	-	-	-
Administração	-	1.734	-	(1.734)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	962	-	(962)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	611	-	(611)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	-	64	-	(64)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	97	-	(97)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	4.876	6.038	-	(7.553)	-	3.361	(1.515)	-	3.361	4.876	(675)	-	(675)

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível em Serviço – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Distribuição	146	5	-	-	-	151	5	(146)	5	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	146	5	-	-	-	151	5	(146)	5	-
Administração	1.329	-	-	-	-	1.329	-	(1.319)	10	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	1.329	-	-	-	-	1.329	-	(1.319)	10	-
Comercialização	-	12	-	-	-	12	12	(2)	10	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	12	-	-	-	12	12	(2)	10	-
Subtotal	1.475	17	-	-	-	1.492	17	(1.467)	25	-

Intangível em Curso – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = A – B + C	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Comercialização	14	-	(2)	(12)	-	-	(14)	-	-	-
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	14	-	(2)	(12)	-	-	(14)	-	-	-
Subtotal	14	-	(2)	(12)	-	-	(14)	-	-	-

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de distribuição é como segue:

Distribuição – Máquinas e Equipamentos – R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = A – B + C
AIS Bruto	117.113	4.503	(934)	-	(506)	120.176	3.569
Transformador de distribuição	23.342	875	(331)	-	(179)	23.707	544
Medidor	14.146	466	(172)	-	(93)	14.347	294
Redes Baixa Tensão (<2,3 KV)	47.438	1.974	(293)	-	(160)	48.959	1.681
Redes Média Tensão (2,3 a 44KV)	21.450	894	(138)	-	(74)	22.132	756
Subestações Alta Tensão (primário 88KV a 138KV)	7.671	-	-	-	-	7.671	-
Veículos	2.525	-	-	-	-	2.525	-
Demais Máquinas e Equipamentos	541	294	-	-	-	835	294
Obrigações Especiais do AIS Bruto – R\$ Mil	31.137	849	-	-	-	31.986	849
Participações, Doações, PEE, P&D, Universalização	28.878	481	-	-	-	29.359	481
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	2.259	368	-	-	-	2.627	368
Ultrapassagem de demanda	1.612	61	-	-	-	1.673	61
Excedente de reativos	647	307	-	-	-	954	307

Ativo Imobilizado – R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação %	2018		2017	
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço - AIS					
Distribuição	-	122.897	(70.706)	52.191	51.298
Custo histórico	4,02%	84.981	(34.572)	50.409	48.288
Reavaliação	-	37.916	(36.134)	1.782	3.010
Administração	-	7.203	(3.991)	3.212	1.591
Custo histórico	5,27%	4.467	(2.142)	2.325	696
Reavaliação	-	2.736	(1.849)	887	895
Comercialização	-	117	(51)	66	81
Custo histórico	14,93%	104	(45)	59	72
Reavaliação	-	13	(6)	7	9
		130.217	(74.748)	55.469	52.970

Intangível – R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação %	Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço - AIS					
Distribuição		151	(146)	5	-
Custo histórico	17,69%	113	(108)	5	20
Reavaliação	-	38	(38)	-	(20)
Administração		1.329	(1.319)	10	41
Custo histórico	5,27%	888	(881)	7	28
Reavaliação	-	441	(438)	3	13
Comercialização		12	(2)	10	-
Custo histórico	16,67%	12	(2)	10	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
		1.492	(1.467)	25	41

Nota: A Cotel não executou nenhuma reavaliação de elementos de ativos imobilizados, nas contas do imobilizado em curso.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11/08/2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação %
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição	6,67%
Condutores	3,57%
Estrutura do Sistema (postes)	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Transformador	4,00%
Administração	
Edificação	3,33%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento de informática	16,67%
Veículos	14,29%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de junho de 2017 a maio de 2018, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último processo tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em 01 de julho de 2018, logo após o final da vigência do Reajuste Tarifário Anual - RTA, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTP continuou em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela "A" são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

ii) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais – R\$ Mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2018	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	3.015	6.892	(3.577)	282	-	6.612	4.314	6.612	-
Aquisição de Energia O CVAenerg	2.810	3.530	(2.571)	186	-	3.955	2.437	3.955	-
Custo da Energia de Itaipú	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	110	(48)	12	-	74	35	74	-
Transporte Rede Básica	-	589	(300)	-	-	289	-	289	-
Transporte de Energia – Itaipú	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EDD	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	205	2.663	(658)	84	-	2.294	1.841	2.294	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	3.188	2.108	(2.564)	9	-	2.741	2.096	2.741	-
Neutralidade da Parcela A	1.987	2.019	(1.919)	9	-	2.096	2.096	2.096	-
Outros	1.201	89	(645)	-	-	645	-	645	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	6.203	9.000	(6.141)	291	-	9.353	6.410	9.353	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais – R\$ Mil	Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2018	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	(1.832)	(788)	2.448	(37)	-	(209)	-	(209)	-
Aquisição de Energia O CVAenerg	-	(652)	652	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipú	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	(55)	-	55	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia – Itaipú	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EDD	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	(1.777)	(136)	1.741	(37)	-	(209)	-	(209)	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	-	(1.371)	686	-	-	(685)	-	(682)	-
Neutralidade da Parcela A	-	(479)	240	-	-	(239)	-	(239)	-
Outros	-	(892)	446	-	-	(446)	-	(446)	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	(1.832)	(2.159)	3.134	(37)	-	(894)	-	(894)	-

7. Empréstimos e Financiamentos

A Cotel possui os seguintes empréstimos e financiamentos:

	2018		2017	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Eletrobrás	142	102	162	244
Caixa Econômica Federal	900	750	2.150	1.650
Total	1.042	852	2.312	1.894

Empréstimo efetuado junto à Caixa Econômica Federal, em 14/09/2015, no valor total de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a serem pagos em 36 parcelas. Vencimento em setembro/2018. Tipo de operação: CDI – Pós.
Efetuado empréstimo em 27/10/2017 no valor de R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil), a serem pagos em 36 parcelas. Tipo de operação: CDI – Pós.

7.1 Abertura dos Ativos Financeiros:

INSTITUIÇÃO/LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente ?
Ativos Financeiros	-	1.957	-	1.957	
Caixa e Aplicações Financeiras	-	1.957	-	1.957	
Saldo final de Caixa – Conta 1101	-	1.174	-	1.174	Sim
Aplic.financ. CDB	-	-	-	-	-
Aplic.financ.Fundos DI	-	-	-	-	-
Aplic.financ.Outros fundos	-	783	-	783	sim

7.2 Composição do Endividamento e Dívida Líquida

DÍVIDA LÍQUIDA REGULATÓRIA	Total 2018	Total 2017
(+) Dívida Bruta: Somatórios de Passivos formados por:		
Empréstimos, Financiamentos e debentures – Curto prazo	(1.042.063,97)	(2.312.516,60)
Empréstimos, Financiamentos e debentures – Longo prazo	(852.089,67)	(1.894.153,61)
Passivo Atuarial – Previdência Privada	-	-
Passivo Atuarial – Demais Benefícios Pós-emprego	-	-
Parcelamentos de tributos	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
Tributos em atraso	-	-
Custos Setoriais em atraso e renegociados	-	-
Encargos Setoriais em atraso e renegociados	-	-
Passivos financeiros setoriais	(894.095,24)	(1.831.529,35)
Suprimento de Energia Elétrica para Revenda – Curto prazo sem cobertura tarifária	-	-
Compra de Energia Elétrica para Revenda – Curto prazo sem cobertura tarifária	-	-
	(2.788.248,88)	(6.038.199,56)
Ativos Financeiros: Somatório de Ativos Formados por:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.957.307,45	5.374.433,25
Investimentos temporários	195.384,51	195.384,51
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-
Ativos financeiros setoriais	9.353.734,42	6.203.242,46
Reembolsos do Fundo da CDE	538.530,94	2.088.635,40
Benefícios Pós-emprego	-	-
	12.044.957,32	13.861.695,62
DÍVIDA LÍQUIDA REGULATÓRIA (POSITIVA)	9.256.708,44	7.823.496,06

7.3 Abertura dos Instrumentos Derivativos:

A Cotel não possui instrumentos derivativos.

8. Provisões para Litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, análise das demandas judiciais, constituíram provisões para 2018 consideradas como “prováveis”.

Descrição	2018		2017	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	-	-	-	-
Cíveis	38	-	3	-
Total	38	-	3	-

Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

Cíveis: A Companhia possui 51 processos cíveis que tramitam em juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como “possíveis” os valores somam aproximadamente R\$ 498.665,67.

Trabalhistas: Composto por reclamações ajuizadas por empregados e ex-empregados, com pedidos que varia entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento, entre outros. Considerado como risco “possível” a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 105.047,16.

9. Obrigações Vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais – R\$ Mil	Depreciação – Taxa Média Anual	Custo histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em Serviço		(10.651)	-	(21.334)	(31.985)
Participação da União, Estados e Municípios	4,05%	(118)	-	-	(118)
Participação Financeira do Consumidor	3,76%	(5.199)	-	(21.334)	(26.533)
Doações e Subv.a Invest.no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	3,26%	(337)	-	-	(337)
Universalização Serv.Púb.de Energia Elétrica	4,05%	(2.370)	-	-	(2.370)
Outros	-	(2.627)	-	-	(2.627)
Ultrapassagem de demanda	3,65%	(1.673)	-	-	(1.673)
Excedente de reativos	3,15%	(954)	-	-	(954)
Diferença de perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada – AIS		2.921	-	1.735	4.656
Participação da União, Estados e Municípios		21	-	-	21
Participação Financeira do Consumidor		2.100	-	1.735	3.835
Doações e Subv.a Invest.no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética – PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		14	-	-	14
Universalização Serv.Púb.de Energia Elétrica		633	-	-	633
Outros		153	-	-	153
Ultrapassagem de demanda		105	-	-	105
Excedente de reativos		48	-	-	48
Diferença de perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
TOTAL	3,75%	(7.730)	-	(19.599)	(27.329)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais – R\$ Mil	Saldo inicial em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências	Saldo Final em 31/12/2018
Em Curso	(346)	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(204)	(506)	-	262	(448)
Doações e Subv.a Invest.no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	(218)	-	218	-
Universalização Serv.Púb.de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Valores pendentes de recebimento	(142)	(85)	-	-	(227)
Valores não aplicados	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença de perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	(346)	(809)	-	480	(675)

10. Patrimônio Líquido

Capital Social

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2018	2017
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Reserva de Capital

A reserva de capital é formada basicamente pela remuneração do capital próprio aplicado em imobilização em curso e em bens para uso futuro nos serviços concedidos.

Reserva de Lucros

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

11. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		Consumo MWh		R\$ Mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fornecimento – Faturado	50.401	49.442	192.949	196.173	150.868	134.284
Residencial	44.570	43.654	80.984	79.982	71.712	62.490
Industrial	394	420	44.517	48.612	31.415	29.840
Comercial	3.354	3.257	36.748	35.736	30.065	25.636
Rural	1.803	1.822	6.680	7.253	3.703	3.570
Poder Público	211	218	3.356	3.569	2.776	2.594
Iluminação Pública	1	1	13.924	13.924	7.215	6.391
Serviço Público	65	67	6.610	6.980	3.982	3.763
Consumo Próprio	3	3	130	117	-	-
Fornecimento – Não faturado	-	-	-	-	(756)	1.722
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição	-	9	124.269	117.150	22.817	19.008
Consumidores Cativos	-	-	-	-	-	-
Consumidores Livres	13	9	124.269	117.150	22.817	19.008
(-) Transferências p/Obrigações Especiais	-	-	-	-	(826)	(821)
(-) Ultrapassagem da Demanda	-	-	-	-	(226)	(312)
(-) Excedente de Reativos	-	-	-	-	(600)	(510)
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	4.643	528
Constituição/Amort. – CVA Ativa/Passiva	-	-	-	-	4.416	1.105
Constituição/Amort. – RTP Diferimento/devolução	-	-	-	-	-	1.201
Constit./Amort. – Demais Ativos/Passivos regulatórios	-	-	-	-	227	(1.778)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	6.341	5.931
Outras Receitas	-	-	-	-	5.753	5.309
Serviços cobráveis	-	-	-	-	842	1.172
Compartilhamento de infraestrutura	-	-	-	-	2.068	2.453
Serviços prestados de manut. Iluminação Pública	-	-	-	-	3.044	1.637
Ganhos na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	76	280
Outras receitas diversas	-	-	-	-	223	151
(-) Tributos sobre outras receitas	-	-	-	-	(500)	(384)
TOTAL	50.414	49.451	317.218	313.323	188.840	165.961

12. Pessoal e Administradores

Pessoal	2018	2017
Remuneração	10.024	9.387
Encargos	3.838	3.687
Previdência privada	49	49
Previdência – Fundação mantenedora	-	-
Previdência – Defici ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	822	778
Vale alimentação	1.493	1.376
Programa de demissão voluntária	467	-
Participação nos lucros – PLR	686	556
Outros	60	83
(-) Transferência p/ordens em curso	(1.661)	(1.318)
	15.778	14.598
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselhos)	1.524	1.294
Participação nos lucros – PLR	65	50
Benefícios aos administradores	55	28
	1.644	1.372
TOTAL	17.422	15.970

13. Revisão e Reajuste Tarifário

Revisão Tarifária

A revisão tarifária está estabelecida no contrato de concessão e é realizada a cada quatro anos. São analisadas todas as receitas e despesas e também efetuada a reavaliação dos ativos necessários para a prestação dos serviços de energia elétrica. Após estas análises são definidas as novas tarifas.

13.1 Revisão Extraordinária – Janeiro/2013

Resolução Homologatória nº 1.465, De 24 De Janeiro de 2013.

As tarifas constantes do Anexo I, que contemplam a revisão tarifária extraordinária e os componentes financeiros pertinentes definidos no processo nº 48500.005370/2011– 90 estarão em vigor no período de 24 de janeiro de 2013 a 23 de junho de 2013.

Conforme Nota Técnica 15/2013-SER/ANEEL, os resultados obtidos da revisão extraordinária atingiram uma redução de 18,41% para a Cocel.

A partir do mês de fevereiro, a Cocel ficou isenta de pagamento da quota anual da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

13.2 Reajuste tarifário anual – 2013/2014

Resolução Homologatória nº 1.566, De 9 De Julho de 2013.

As tarifas da base econômica da Cocel, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.465, de 24 de janeiro de 2013, ficam, em média, reajustadas em 2,32% (dois vírgula trinta e dois por cento), sendo 8,01% (oito vírgula zero um por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -5,69% (cinco vírgula sessenta e nove por cento negativos) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

13.3 Reajuste tarifário anual – 2014/2015

Resolução Homologatória nº 1764, De 22 de Julho de 2014.

Por proposição da Cocel, ficou autorizado pela Aneel, em caráter excepcional, o diferimento parcial do reajuste o valor de R\$ 1.906.834,08 a ser considerado como componente financeiro no cálculo dos próximos processos tarifários.

Em decorrência do diferimento, o índice de reajuste tarifário anual médio ficou em 20,45%, com efeito médio a ser percebido pelos consumidores em relação as tarifas vigentes de 27,27%.

13.4 Revisão tarifária Extraordinária

Resolução Homologatória nº 1858, de 27 de fevereiro de 2015.

Homologa os resultados da revisão tarifária extraordinária das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica, fixa as Tarifas de Energia – TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs.

As tarifas de aplicação da Cocel, constantes da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, ficam, em média, reajustadas em 19,86% (dezenove vírgula oitenta e seis por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

13.5 Reajuste tarifário anual – 2015/2016

Resolução Homologatória nº 1898, De 16 de Junho de 2015.

Foi homologado o Índice de Reajuste Tarifário Anual - IRT de 55,18% (cinquenta e cinco vírgula dezoito por cento), sendo 51,78% (cinquenta e um vírgula setenta e oito por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 3,40% (três vírgula quarenta por cento) relativos aos componentes financeiros.

13.6 Revisão tarifária Extraordinária

Foi homologado o resultado da quarta Revisão Periódica – RTP através da Resolução Homologatória nº 2.104 de 28 de Junho de 2016, com o reposicionamento tarifário com financeiros de -14,40% (quatorze vírgula quarenta por cento negativo), sendo -15,52% (quinze vírgula cinquenta e dois por cento negativo) referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 1,12% (um vírgula doze por cento) relativo aos componentes financeiros.

13.7 Reajuste tarifário anual – 2017/2018

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2256 de 20/06/2017.

As tarifas da base econômica da Cocel, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 2.104, de 28 de junho de 2016, ficam em média, reajustadas em 13,34% (treze, vírgula trinta e quatro por cento), sendo 8,12% (oito vírgula doze por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 5,22% (cinco vírgula vinte e dois por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

13.8 Reajuste tarifário anual – 2018/2019

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2411 de 26/06/2018.

As tarifas da base econômica da Cocel, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 2.256, de 20 de junho de 2017, ficam em média, reajustadas em 12,03% (doze, vírgula zero tres por cento), sendo de 16,76% (dezesesseis vírgula setenta e seis por cento) em média para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de 9,51% (nove, vírgula cinquenta e um por cento em média para os consumidores conectados em Baixa Tensão (BT).

14. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- A base de remuneração aprovada no quarto ciclo de revisão tarifária (4CRTP) deve ser “blindada”. Entendem-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- As inclusões entre as datas-bases do terceiro ciclo e da atual revisão tarifária, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária;
- Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do terceiro ciclo e da atual revisão tarifária – base incremental (item b);
- Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da atual revisão tarifária;
- A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária;

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

As tabelas a seguir resumem o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração aos acionistas e a quota de reintegração regulatória.

Descrição	Valores (R\$)
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	114.189.464,00
(2) Índice de Aproveitamento Integral	4.048.867,77
(3) Obrigações Especiais Bruta	27.102.361,77
(4) Bens Totalmente Depreciados	25.708.742,31
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	57.329.492,16
(6) Depreciação Acumulada	65.510.737,75
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	48.678.726,25
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	1.984.407,88
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	46.694.318,37

(10) Almoxarifado em Operação	732.002,61
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	21.334.049,86
(13) Terrenos e Servidões	151.407,38
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	26.243.678,50
(15) Saldo RGR PLPT	962.044,63
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,01%
(18) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (17)	2.297.590,22
(19) Remuneração de Obrigações Especiais	580.188,63
(20) Remuneração do Capital	3.686.739,87

15. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis – CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores (R\$)
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	13.873.880,93
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	6.243.246,42
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	1.664.865,71
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	5.965.768,80
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	702.877,49
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	339.894,23
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	1.491.318,38
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	2.534.090,10

15.1. Ajuste da parcela "B" em função do índice de ajuste de mercado e do mecanismo de incentivo à melhoria da qualidade

Ao Custo de Administração, Operação e Manutenção - CAOM e ao Custo Anual dos Ativos - CAA é aplicado um fator de ajuste de mercado e um mecanismo de incentivo à qualidade.

O índice de ajuste de mercado, denominado de Fator de Ajuste de Mercado, considera os ganhos potenciais de produtividade entre o ano anterior à revisão tarifária, período de referência, e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes, que são os doze meses posteriores à revisão.

O valor do Fator de Ajuste de Mercado (P_m) a ser aplicado na revisão tarifária periódica de cada concessionária no ajuste do Valor da Parcela B é definido a partir da produtividade média do setor de distribuição e do crescimento médio do mercado faturado e do número de unidades consumidoras da concessionária entre a atual revisão tarifária e a do 3CRTP.

O Fator de Ajuste de Mercado calculado para aplicação na atual revisão tarifária é de **1,12%**.

Para o cálculo do Mecanismo de Incentivo à Qualidade, é considerada a mesma metodologia de cálculo do Componente Q do Fator X.

Na aferição do nível de qualidade do serviço prestado são considerados os indicadores

Duração Equivalente de Interrupção (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção (FEC). O mecanismo busca incentivar a melhoria contínua dos indicadores, além de observar o desempenho relativo entre as distribuidoras.

O valor do ajuste da Parcela B em função do mecanismo de incentivo à melhoria da qualidade depende do desempenho relativo das distribuidoras. Para definição do **Indicador de Qualidade do Serviço** de cada distribuidora são comparados, a cada ano civil, os indicadores apurados DEC e FEC, contra os limites definidos pela ANEEL.

A tabela a seguir resume o cálculo da Parcela B ajustada da revisão tarifária da concessionária.

Descrição	Valores (R\$)
Custo de Administração, Operação e Manutenção (CAOM)	18.125.541,13
Custos Operacionais (CO)	18.060.727,79
Receitas Irrecuperáveis - Encargos Setoriais (Vi)	7.138,51

Demais Receitas Irrecuperáveis (Vse)	57.674,83
Custo Anual dos Ativos (CAA)	8.518.420,19
Remuneração do Capital (RC)	3.686.739,87
Quota de Reintegração Regulatória (QRR)	2.297.590,22
Custo anual das instalações móveis e imóveis (CAIMI)	2.534.090,10
Parcela B (VPB)	26.643.961,32
Índice de Produtividade da Parcela B	1,23%
Mecanismo de Incentivo à Qualidade	-0,18%
Parcela B com ajustes	26.361.874,25

15.2 Resultado da Revisão Tarifária

Em 28 de Junho de 2016, conforme a Resolução Homologatória nº 2.104/2016 - ANEEL, ocorreu a quarta Revisão Tarifária Periódica quando as tarifas foram reajustadas em média -14,40% (negativos), decorrente do Reposicionamento Tarifário - RT econômico de -15,52% (negativos) da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário, de 1,12%, e da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

Resumo da Revisão

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da COCEL é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribuiu para o reposicionamento tarifário apresentado:

	Variação	Participação na Revisão	Participação na Receita
PARCELA A (Encargos + Transmissão + Energia)	-18,38%	-15,09%	79,32%
Encargos Setoriais	-18,56%	-3,46%	17,96%
Taxa de Fiscalização de Serviços de E.E. – TFSEE	-5,33%	-0,00%	0,09%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Uso)	36,99%	-4,21%	8,48%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Decr.7945/2016)	11,99%	0,00%	0,04%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Conta ACR)	7,10%	0,35%	6,30%
Proinfa	38,62%	0,51%	2,18%
P&D, Efic.Energ. e Ressarc.ICMS Sist.Isol.	-13,99%	-0,12%	0,85%
Custos de Transmissão	7,99%	0,44%	6,97%
Uso do sistema de distribuição	7,99%	0,44%	6,97%
Custo de Aquisição de Energia	-20,81%	-12,07%	54,39%
PARCELA B	-2,36%	-0,42%	20,68%
Custos Operacionais	-2,59%	-0,34%	15,05%
Anuidades	16,11%	0,25%	2,11%
Remuneração	32,93%	0,64%	3,07%
Depreciação	-11,08%	-0,20%	1,91%
Receitas Irrecuperáveis	-40,38%	-0,03%	0,05%
Outras Receitas	136,54%	-0,74%	-1,52%
RT considerando a variação tarifária da RTE		-15,52%	100,00%
Efeito dos Componentes Financeiros do Processo Atual		1,12%	
CVA em Processamento – Encargos Setoriais – Líquido do Financeiro RTE		0,47%	
CVA em Processamento – Energia comprada - Líquido do Financeiro RTE		-0,61%	
Saldo a compensar CVA-Ano Anterior + Ajustes		-1,10%	
Neutralidade dos Encargos		0,19%	
Ajuste Financeiro Suprida X Supridora – Resol.243/2006 (Componente TUSD)		-2,34%	
Ajuste Financeiro Suprida X Supridora – Resol.243/2006 (Componente TE)		4,64%	
Repasse de compensação DIC/FIC		-0,01%	
Conselho de Consumidores		-0,04%	
Reversão de Financeiros por Postergação – Componente TE		-0,04%	
Reversão de Financeiros por Postergação – Componente TUSD		-0,03%	
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior		-1,91%	
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores		-16,30%	

O reposicionamento tarifário da COCEL é de -15,52%, considerando o efeito da RTE, sendo o efeito médio percebido pelo consumidor de -16,30%. O efeito consolidado por nível de tensão pode ser observado na tabela a seguir:

Grupo de Consumo	Varição Tarifária
AT – Alta Tensão (> 2,3 kV)	-22,26%
BT – Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-8,90%
Efeito Médio AT + BT	-16,30

16. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balanço Patrimonial dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

ATIVO	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.957	-	1.957	5.375	-	5.375
Consumidores	17.141	-	17.141	17.143	-	17.143
Encargos de Uso da rede elétrica	345	-	345	-	-	-
Serviços em curso	1.788	-	1.788	752	-	752
Tributos compensáveis	321	-	321	292	-	292
Almoxarifado operacional	1.726	-	1.726	1.192	-	1.192
Despesas pagas antecipadamente	125	-	125	157	-	157
Ativos regulatórios	9.354	-	9.354	6.203	-	6.203
Subsídios tarifários e redução tarifária equilibrada	539	-	539	2.089	-	2.089
Outros ativos circulantes	1.721	-	1.721	3.594	-	3.594
	35.017	-	35.017	36.797	-	36.797
Não Circulante						
Tributos compensáveis	281	-	281	368	-	368
Depósitos judiciais e cauções	109	-	109	109	-	109
Investimentos temporários	195	-	195	195	-	195
Ativo financeiro indenizável	-	(1.574)	1.574	-	(530)	530
Outros ativos não circulantes	1	-	1	-	-	-
	586	(1.574)	2.160	672	(530)	1.202
Imobilizados em serviço	55.468	55.468	-	52.971	52.971	-
Imobilizado em curso	3.361	3.361	-	4.876	4.876	-
Intangível em serviços	25	(45.285)	45.310	41	(43.097)	43.138
Intangível em curso	-	(3.361)	3.361	14	(4.876)	4.890
	58.854	10.183	48.671	57.902	9.874	48.028
	59.440	8.609	50.831	58.574	9.344	49.230
Total do Ativo	94.457	8.609	85.848	95.371	9.344	86.027

PASSIVO	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante						
Fornecedores	8.846	-	8.846	8.810	-	8.810
Empréstimos e financiamentos	1.042	-	1.042	2.313	-	2.313
Obrigações sociais e trabalhistas	2.852	-	2.852	2.397	-	2.397
Tributos	4.016	-	4.016	4.017	-	4.017
Provisão para litígios	38	-	38	3	-	3
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	1.753	-	1.753	999	-	999
Encargos setoriais	7.629	-	7.629	8.110	-	8.110
Passivos regulatórios	894	-	894	1.832	-	1.832
Outros Passivos circulantes	1.193	-	1.193	1.150	-	1.150
	28.263	-	28.263	29.631	-	29.631
Não Circulante						

Empréstimos e financiamentos	852	-	852	1.894	-	1.894
Passivos financeiros setoriais	2.220	2.220	-	1.732	1.732	-
Obrigações especiais	28.004	28.004	-	28.026	28.026	-
	31.076	30.224	852	31.652	29.758	1.894
Patrimônio Líquido						
Capital Social	50.000	-	50.000	42.000	-	42.000
Reservas de capital	3.773	(2.960)	6.733	9.515	(2.987)	12.502
Reserva de reavaliação e ajustes patrimoniais	(18.655)	(18.655)	-	(17.427)	(17.427)	-
	35.118	(21.615)	56.773	34.088	(20.414)	54.502
Total do Passivo	94.457	8.609	85.848	95.371	9.344	86.027

Demonstrativo de Resultado dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	31/12/2018			31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita Operacional						
Fornecimento de Energia Elétrica	150.112	-	150.112	136.006	-	136.006
Disponibilização do sistema de distribuição	22.817	-	22.817	19.008	-	19.008
Ativos e Passivos financeiros regulatórios	4.643	-	4.643	528	-	528
Doações, contribuições e Subvenções	6.341	-	6.341	5.931	-	5.931
Ultrapassagem de demanda e reativos	(826)	(826)	-	(821)	(821)	-
Receita de construção	-	(6.223)	6.223	-	(5.024)	5.024
Outras receitas	5.753	-	5.753	5.309	-	5.309
	188.840	(7.049)	195.889	165.961	(5.845)	171.806
Deduções da Receita Operacional						
Tributos						
ICMS	(54.477)	-	(54.477)	(47.916)	-	(47.916)
Cofins/Pasep/Pis s/ vendas	(15.896)	-	(15.896)	(14.349)	-	(14.349)
Encargos Parcela A						
CDE – Conta de Desenvolvimento Energético	(11.861)	-	(11.861)	(7.783)	-	(7.783)
CDE – Conta ACR	(7.049)	-	(7.049)	(6.181)	-	(6.181)
Taxa de fiscalização	(107)	-	(107)	(110)	-	(110)
Pesquisa e Desenvolvimento/Eficiência Energética	(891)	-	(891)	(875)	-	(875)
Conta Centralizadora dos Recursos das Bandeiras Tarifárias	(4.512)	-	(4.512)	(4.078)	-	(4.078)
	(94.793)	-	(94.793)	(81.292)	-	(81.292)
Receita Operacional Líquida	94.047	(7.049)	101.096	84.669	(5.845)	90.514
Custos não gerenciáveis – parcela B						
Energia elétrica comprada para revenda	(48.606)	-	(48.606)	(46.310)	-	(46.310)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(14.716)	-	(14.716)	(11.435)	-	(11.435)
	(63.322)	-	(63.322)	(57.745)	-	(57.745)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	30.725	(7.049)	37.774	26.924	(5.845)	32.769
Custos gerenciáveis – parcela B						
Pessoal e Administradores	(16.671)	-	(16.671)	(15.364)	-	(15.364)
Material	(2.832)	-	(2.832)	(1.300)	-	(1.300)
Serviço de terceiros	(4.845)	-	(4.845)	(5.348)	-	(5.348)
Arrendamento e alugueis	(215)	-	(215)	(235)	-	(235)
Seguros	(104)	-	(104)	(71)	-	(71)
Doações, Contribuições e Subvenções	(33)	-	(33)	(98)	-	(98)
Provisões	(165)	-	(165)	462	-	462
(-) Recuperação de despesas	134	-	134	155	-	155
Tributos	(21)	-	(21)	(93)	-	(93)
Depreciação e amortização	(1.836)	883	(2.719)	(1.488)	1.004	(2.492)
Custo com construção	-	6.223	(6.223)	-	5.024	(5.024)
Gastos diversos	(647)	-	(647)	(1.223)	-	(1.223)
	(27.235)	7.106	(34.341)	(24.603)	6.028	(30.631)
Resultado da Atividade de Concessão	3.490	57	3.433	2.321	183	2.138
Resultado Financeiro						
Despesas financeiras	(2.232)	(30)	(2.202)	(3.313)	(161)	(3.152)
Receitas financeiras	2.930	-	2.930	3.631	-	3.631
	698	(30)	728	318	(161)	479
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	4.188	27	4.161	2.639	22	2.617
Imposto de renda PJ/Contrib.Social s/Lucro Líquido	(1.178)	-	(1.178)	(642)	-	(642)
Participação nos lucros	(751)	-	(751)	(606)	-	(606)
Reversão dos juros s/Capital próprio	1.250	-	1.250	1.700	-	1.700
Lucro Líquido do exercício	3.509	27	3.482	3.091	22	3.069

16.1 Ativo financeiro indenizável

O ativo financeiro indenizável refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão.

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) e atualizações dos saldos pela aplicação de premissas, onde realizamos a bifurcação do Valor Novo de Reposição (VNR) depreciado até o final da concessão, bem como, identificamos o Valor Novo de Reposição (VNR) não depreciado pós-concessão, para valoração do ativo financeiro indenizável. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios da ordem de 530 mil.

16.2 Conciliação do Imobilizado/intangível societário e regulatório

	2018	2017
Saldos no final do exercício societário	45.310	43.138
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória líquida	2.679	3.907
Obrigações especiais	5.930	5.437
Transferência para conta Ativo financeiro indenizável	1.574	530
Saldo no fim do exercício regulatório	55.493	53.012

16.3 Passivos Financeiros Setoriais

Os Valores acumulados de receitas com ultrapassagem de demanda – UD – e excedente de reativo – ER foram transferidos a partir da 4ª (RTP) Revisão Tarifária Periódica da conta de Obrigações Especiais atualizada pela taxa referencial Selic. De acordo com a Aneel, a partir do 5º Ciclo da RTP (set/19) o saldo acumulado entre mai/15 e abr/19 será totalmente amortizado durante o prazo do ciclo (set/19 a ago/23).

16.4 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Com a aprovação da Resolução Homologatória nº 2.104 de 28/06/2016/Aneel, e respectiva Nota técnica nº 208/2016, que aprovou o 4º Ciclo da Revisão Tarifária Periódica, determina-se que se aplique o Valor Novo de Referência para as contas de Obrigações Especiais, além das contas do grupo do Imobilizado.

A diferença de R\$ 2.474 mil, refere-se às transferências contabilizadas na regulatória dos valores de Ultrapassagem de demanda e de Excedentes de reativos, conforme determina o Manual de Contabilidade do setor elétrico.

	2018	2017
Saldos no final do exercício societário	5.930	5.437
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Reavaliação regulatória compulsória líquida	19.600	20.391
Transferências dos valores de Ultrapassagem de demanda e de Excedentes de reativos	2.474	2.198
Saldo no fim do exercício regulatório	28.004	28.026

16.5 Patrimônio Líquido - Reservas de Capital

Os ajustes são decorrência dos resultados contábeis entre a contabilidade regulatória e societária.

16.6 Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação e ajustes patrimoniais

São ajustados no Patrimônio Líquido a diferença existente entre a contabilização do Valor Novo de Referência – VNR aprovada na 4ª Revisão Tarifária Periódica ocorrida em Junho/2016.

16.7 Receita Operacional – Transferência da Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos

O valor de R\$ 826 mil, refere-se a contabilização para Obrigações especiais de valores deduzidos do faturamento de energia que se referem a ultrapassagem da demanda e reativos conforme determina o Manual de Contabilidade do setor elétrico. Transferido após para conta do Passivo Circulante – Passivos Financeiros Setoriais, conforme comentado no item 16.3.

16.8 Receita de Construção e Custo de Construção

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

16.9 Depreciação e Amortização

Os ajustes são decorrentes da amortização dos valores decorrentes dos valores de VNR – Valor Novo de Reposição, registrados no decorrer das Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) nas contas de Obrigações Especiais e dos valores transferidos da Receita Operacional referente a ultrapassagem de demanda – UD – e excedente de reativo – ER. São valores que de acordo com a natureza das práticas contábeis, divergem da Contabilidade Societária.

16.10 Despesas Financeiras

Ajustes de atualizações da Selic exclusivo da Contabilidade Regulatória calculados sobre valores registrados no Passivo Não Circulante, decorrentes de ultrapassagem de demanda – UD – e excedente de reativo – ER conforme instruções do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

17 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2018	2017
Lucro Líquido conforme a contabilidade societária	3.482	3.069
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	27	22
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01):		
Receita de construção	(6.223)	(5.024)
Custo de construção	6.223	5.024
Depreciação/amortização	883	1.004
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Ultrapassagem de demanda – UD e excedente de reativo – ER	(826)	(821)
Despesas Financeiras sobre UD/ER	(30)	(161)
Lucro líquido conforme contabilidade regulatória	3.509	3.091

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)

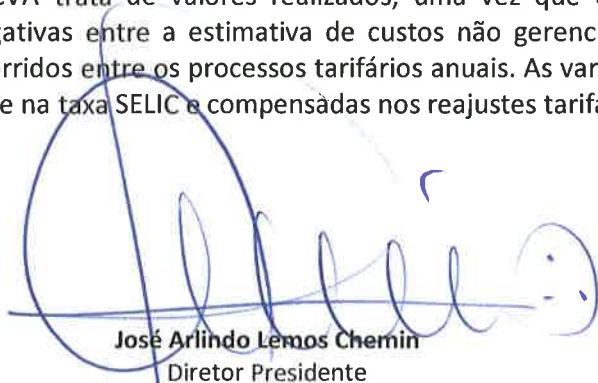
O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro indenizável contabilizado na contabilidade societária mediante prática contábil societária (ICPC 01), a qual não é aceita na contabilidade regulatória.

Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Energia Elétrica nº 027/1998 – ANEEL.

A partir desta data, a Cocel passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e de outros componentes financeiros.

A CVA trata de valores realizados, uma vez que é responsável por registrar as variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos entre os processos tarifários anuais. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.



José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente



Carlos Conrado Krzyzanowski
Diretor Técnico



Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/Financeiro



Nelson Chagas
Diretor Administrativo



Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2018, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 30 de Abril de 2019.



Moacir Thadeu Schneider
Presidente




Anderson Citero
Conselheiro



Adenilson Ribeiro Dos Santos
Conselheiro



Osvaldo Andrade Zotto
Conselheiro

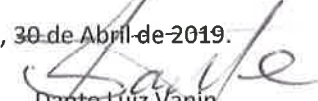


José Carlos Noriller
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 30 de Abril de 2019.



Dante Luiz Vanin
Presidente


Rubens Beber
Conselheiro


Adão Natalino Da Silva Junior
Conselheiro


João Alceu Borges Figrinho
Conselheira


Bianca Moraes
Conselheira


Vera Lúcia Berton
Conselheiro


Paulo Henrique Bianco
Conselheiro


Fledinei Borges Licheski
Conselheiro


Rafael Alexandre Ohpis
Conselheira


André Luiz Alves
Conselheiro


Ronalde Lazarini
Conselheiro

**Demonstrações Financeiras -
Regulatório**

**Companhia Campolarguense de
Energia - COCEL**

31 de dezembro de 2018
com Relatório dos Auditores Independentes



TATICCA Auditores Independentes S.S.
Av. Nove de Julho, 5.966, 2º andar - cj.21
Bairro Jardim Paulista - São Paulo - SP
CEP: 01406-200 - Tel.: 55 11 3062-3000

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Campolarguense de Energia - COCEL
Campo Largo - PR

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



TATICCA Auditores Independentes S.S.
Av. Nove de Julho, 5.966, 2º andar - cj.21
Bairro Jardim Paulista - São Paulo - SP
CEP: 01406-200 - Tel.: 55 11 3062-3000

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (Companhia) em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia Campolarguense de Energia - COCEL a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 08 de abril de 2019.

São Paulo (SP), 08 de abril de 2019.

TATICCA Auditores Independentes S.S
CRC 2 SP-032267/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC – 1SC020036/O-8-T-SP